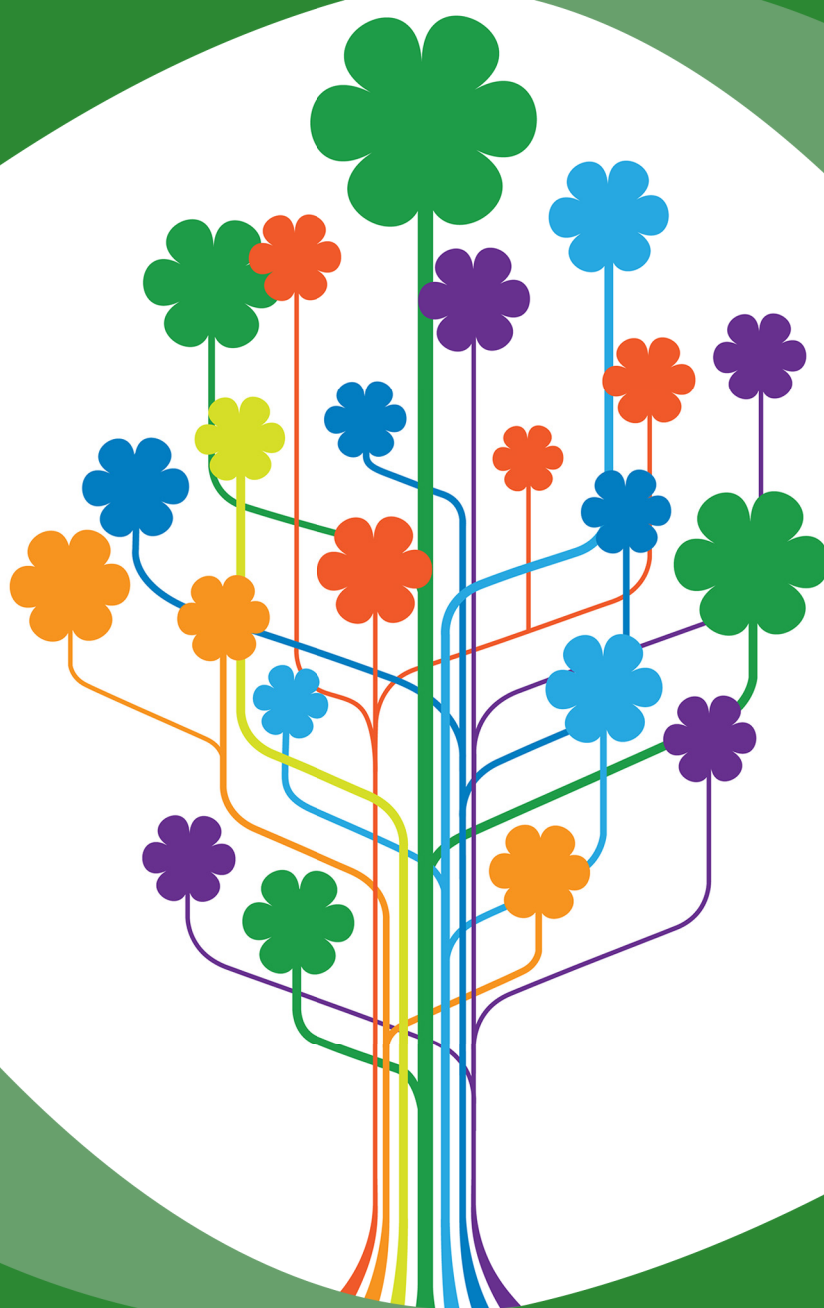


# Políticas Públicas na Educação Brasileira: Caminhos para a Inclusão 3

Michéle Barreto Justus  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

Michéle Barreto Justus  
(Organizadora)

Políticas Públicas na Educação Brasileira:  
Caminhos para a Inclusão 3

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P769	Políticas públicas na educação brasileira [recurso eletrônico] : caminhos para a inclusão 3 / Organizadora Michéle Barreto Justus. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Políticas Públicas na Educação Brasileira. Caminhos para a Inclusão; v. 3)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-725-3 DOI 10.22533/at.ed.253191710  1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Justus, Michéle Barreto. II. Série. CDD 379.81
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Entender o que é a Educação Especial e como ela é fundamental para o desempenho dos alunos com necessidades especiais é decisivo para mudar os rumos da educação como um todo, visto que a Educação Especial é uma realidade nas mais diversas escolas.

Frente a esse desafio, colocado aos docentes que atuam em todos os níveis e à toda a comunidade escolar, o e-book intitulado “Políticas Públicas na Educação Brasileira: caminhos para a inclusão - 2” traz contribuições para leitores que se interessem por conhecer alternativas, experiências e relatos de quem se dedica ao estudo do tema.

Esta obra se organiza em 4 eixos: *inclusão e educação especial, educação especial e legislação, estudos culturais e inclusão social e o uso da tecnologia para educação especial.*

O primeiro eixo aborda estudos sobre os desafios e reflexões onde Educação Especial perpassa enquanto uma modalidade de ensino; e apresenta artigos que envolvem estudos sobre pessoas com surdez, superdotação ou altas habilidades e deficiência visual, além de artigos sobre o ensino na Educação Básica, Ensino Superior e gestão e inclusão.

No segundo eixo, os textos versam sobre a análise de alguns documentos oficiais acerca da Educação Especial e seus reflexos no cotidiano das escolas.

No terceiro, traz artigos que abordam temas sobre a educação e seu valor enquanto instrumento para a inclusão social; e por fim, aborda o uso das tecnologias na melhoria das estratégias de ensino na Educação Especial.

Certamente, a leitura e a análise desses trabalhos possibilitam o conhecimento de diferentes caminhos percorridos na Educação Especial, e favorecem a ideia de que é possível ter uma educação diferenciada e de qualidade para todos.

Michéle Barreto Justus

## SUMÁRIO

### II. EDUCAÇÃO ESPECIAL E LEGISLAÇÃO (PNE)

#### **CAPÍTULO 1 ..... 1**

A ESTIMULAÇÃO PRECOCE E AS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE (2014-2024)

Julianna Mendes de Matos Souza  
Lícia Cristine Marinho França  
Silvana Carolina Furstenau dos Santos  
Diego Soares Souza

**DOI 10.22533/at.ed.2531917101**

#### **CAPÍTULO 2 ..... 13**

AS ATRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES QUE ATUAM NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Ana Carolina Leite Neves  
Helena Carvalho Guimarães  
Marcelo Marques de Araújo

**DOI 10.22533/at.ed.2531917102**

#### **CAPÍTULO 3 ..... 25**

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) – DO LEGAL À MATERIALIZAÇÃO

Marlon César Silva  
Maria Célia Borges

**DOI 10.22533/at.ed.2531917103**

### III. ESTUDOS CULTURAIS E INCLUSÃO SOCIAL

#### **CAPÍTULO 4 ..... 40**

A EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL DE MULHERES EM VULNERABILIDADE SOCIAL – O PROGRAMA MULHERES SIM DO IFSC-SÃO MIGUEL DO OESTE

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt  
Marizete Bortolanza Spessatto  
Jacinta Lucia Rizzi Marcom  
Idianes Teresa Mascarelo  
Solange Janete Finger

**DOI 10.22533/at.ed.2531917104**

#### **CAPÍTULO 5 ..... 54**

A IDENTIDADE DA MULHER SURDA: AS RELAÇÕES DE PODER E AS PRÁTICAS SOCIAIS DISCURSIVAS REPRESENTADAS ATRAVÉS DA LITERATURA

Carla Georgia Travassos Teixeira Pinto

**DOI 10.22533/at.ed.2531917105**

#### **CAPÍTULO 6 ..... 67**

INCLUSÃO DE SUJEITOS DEFICIENTES, UMA REFLEXÃO A LUZ DA TEORIA ECONÔMICA POLÍTICA DE MAX

Diná Freire Cutrim

**DOI 10.22533/at.ed.2531917106**

**CAPÍTULO 7 ..... 77**

INCLUSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL, COM APOIO DO ENSINO A DISTÂNCIA (EAD)

[Roberta Betania Ferreira Squaiella](#)

[Roberto Righi](#)

[Maria Victoria Marchelli](#)

**DOI 10.22533/at.ed.2531917107**

**CAPÍTULO 8 ..... 89**

INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM MÚLTIPLA DEFICIÊNCIA: REVISÃO INTEGRATIVA DE ESTUDOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2013 A 2018

[Flavia Alves Santos](#)

[Gisele Machado da Silva Carita](#)

**DOI 10.22533/at.ed.2531917108**

**CAPÍTULO 9 ..... 101**

TESSITURAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003

[Emílio Rodrigues Júnior](#)

[Janaina Santana da Costa](#)

**DOI 10.22533/at.ed.2531917109**

**CAPÍTULO 10 ..... 113**

PEDAGOGIA HOSPITALAR: O ATENDIMENTO PEDAGÓGICO-EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES HOSPITALIZADOS NO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU/PA

[Raquel Matos Lameira Miranda](#)

[Alexandre Augusto Cals e Souza](#)

**DOI 10.22533/at.ed.25319171010**

**CAPÍTULO 11 ..... 127**

CONTRIBUIÇÃO DA MEDIAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES COGNITIVAS EM PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ÂMBITO EMPRESARIAL

[Glauce Virginia Motta Regis](#)

[Dayse Aparecida dos Santos Azevedo](#)

**DOI 10.22533/at.ed.25319171011**

## **IV. USO DA TECNOLOGIA PARA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**CAPÍTULO 12 ..... 132**

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA BREVE TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E CURRÍCULO

[Leida Raasch](#)

[Wenderson Mação Pereira](#)

[Lara Regina Cassani Lacerda](#)

**DOI 10.22533/at.ed.25319171012**

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>144</b>
A IMPORTÂNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) PARA A APRENDIZAGEM CIENTÍFICA DOS SURDOS NA ÁREA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
Daniela Copetti Santos Maiara Ilisa Fauth Juliane Ditz Knob Fabiani Machado Larissa Lunardi Juliane Oberoffer Santos da Rosa Josiane Fiss Lopes Cátia Roberta de Souza Schernn	
<b>DOI 10.22533/at.ed.25319171013</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>154</b>
A RELAÇÃO ENTRE TECNOLOGIA E AUTISMO: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
Fabrizia Miranda de Alvarenga Dias Priscila Cristina da Silva Maciel Daniele Fernandes Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.25319171014</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>162</b>
CIÊNCIAS, TECNOLOGIA E PRÁTICA BILÍNGUE: ALTERNATIVAS PARA CONSTRUÇÃO DE SABERES NO ENSINO DE CALORIMETRIA PARA SURDOS	
Mauritânia Lino de Oliveira Ramon Corrêa Mota Arilson Lehmkuhl	
<b>DOI 10.22533/at.ed.25319171015</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>171</b>
O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO COM ATAXIA ESPINOCEREBELAR NA ESCOLA	
Larisse Junqueira Mendes de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.25319171016</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>179</b>
CURSO OPERADOR LINUX ACESSÍVEL EM LIBRAS	
Ronnaro dos Santos Jardim Alex Santos de Oliveira Airton de Lucena Araújo Maíra Vasconcelos da Silva Padilha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.25319171017</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>188</b>
A ESCOLARIDADE COMO FATOR INFLUENCIADOR DO PROCESSO DE EXCLUSÃO DE AGENTES AMBIENTAIS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-ES: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS AGENTES AMBIENTAIS	
Sandra Maria Guisso Charles Moura Netto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.25319171018</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>198</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>199</b>



## A ESCOLARIDADE COMO FATOR INFLUENCIADOR DO PROCESSO DE EXCLUSÃO DE AGENTES AMBIENTAIS DA REGIÃO SERRANA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO-ES: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS AGENTES AMBIENTAIS

**Sandra Maria Guisso**

Faculdade da Região Serrana – FARESE  
Santa Maria de Jetibá/ES

**Charles Moura Netto**

Faculdade da Região Serrana – FARESE  
Santa Maria de Jetibá/ES

SCHOOLING AS A FACTOR INFLUENCING THE PROCESS OF EXCLUSION OF ENVIRONMENTAL AGENTS IN THE MOUNTAINOUS REGION OF THE STATE OF ESPÍRITO SANTO-ES: AN ANALYSIS FROM THE NARRATIVES OF THE ENVIRONMENTAL AGENTS

**RESUMO:** Este trabalho é o resultado de uma pesquisa em quatro municípios da região serrana do Espírito Santo, com agentes ambientais, acerca do tema escolarização e exclusão social. O texto discorre sobre as escolhas profissionais de trabalhadores que, de alguma forma, lidam diariamente com o lixo, denominados agentes ambientais. Esta pesquisa é uma parte da tese de doutorado em Psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo, a qual discorre sobre trabalho, natureza e sociedade. As análises permitiram conhecer alguns aspectos relacionados as escolhas profissionais dos agentes ambientais e pode-se perceber que as atividades profissionais exercidas atualmente são o resultado da falta de oportunidade educacionais que tiveram ao longo de suas vidas e que estes trabalhadores compreendem que a educação se constitui em uma forma de mudança de vida.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agentes ambientais; Trabalho; Educação; Inclusão; Exclusão.

**ABSTRACT:** This work is the result of a survey in four municipalities in the mountain region of Espírito Santo, with environmental agents on the theme education and social exclusion. The text discusses the professional choices of workers who, in some way, deal daily with the trash, denominated environmental agents. This research is a part of the doctoral thesis in psychology at Universidade Federal do Espírito Santo, which talks about work, nature and society. The analyses made it possible to meet some aspects of the career choices of environmental agents and you can realize that the professional activities undertaken today are the result of lack of educational opportunity we had over their lives and that these workers understand that education constitutes a life-changing way.

**KEYWORDS:** Environmental Agents; Education; Inclusion; Exclusion.

## 1 | INTRODUÇÃO

A sociedade tende a rejeitar o que não lhe é familiar, não faz parte do meio de convivência, e por isso, muitas vezes, reage com palavras, gestos, olhares de exclusão para com aqueles que vivem das atividades ignoradas por muitos. Como o lixo está relacionado ao que as pessoas rejeitam buscou-se contextualizar os motivos que levaram à mudança da nomenclatura de lixo para resíduos. O termo resíduo está relacionado à reutilização dos materiais, transformando o que era descartado em matéria prima para outros produtos. Atualmente vive-se em contradição, pois o consumismo exagerado é uma realidade cada vez mais presente, principalmente com o aumento do poder de compra da população, aliada a oferta de produtos cada vez mais tecnológicos, elaborados e atrativos. Por outro lado, incentiva-se a reutilização de tais produtos, a fim de diminuir os danos ambientais e sociais.

Sabe-se que práticas de reciclagem sem a compreensão do quão importante é o equilíbrio ecológico, econômico e social são paliativos que pouco contribuem para a diminuição dos problemas ambientais e sociais. A Educação Ambiental e mais recentemente a Psicologia Ambiental surgem com pressupostos da compreensão do lugar do indivíduo nos processos ambientais e sociais, responsabilizando, a partir do conhecimento, no sentido de que práticas abusivas irão comprometer os recursos futuros do planeta (GUISSO, 2012). O homem precisa conceber-se como parte efetiva e determinante neste contexto de preservação ou destruição dos recursos naturais. Como sugerem Campos-de-Carvalho, Cavalcante e Nóbrega (2001, p. 28):

O ambiente é um conceito multidimensional, compreendendo o meio físico concreto em que se vive, natural ou construído, o qual é indissociável das condições sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas daquele contexto específico. Tudo o que estiver presente em um determinado ambiente – inclusive as pessoas – é a parte que o constitui.

Para haver ações em prol de atitudes ambientalmente responsáveis é necessário a compreensão de que o ambiente é tudo o que nos cerca e o que está inserido nele, inclusive o homem.

Para Peralta e Ruiz (2010, p. 243) o homem é naturalmente propenso a se sentir parte do ambiente e a transformá-lo positivamente desde que esteja munido de conhecimento.

Partir da ideia de que o ser humano tem vocação libertária leva então a procura da formação de um sujeito ativo, transformador, com consciência social e competência técnica, capaz de desfrutar os bens culturais e de participar nos espaços cidadãos. (PERALTA E RUIZ, 2010, p. 243).

O Brasil apresenta ampla legislação quando se trata das questões ambientais, com leis, decretos e resoluções que asseguram o cumprimento do artigo 225 da Constituição Federal, o qual preconiza que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo dever do Poder Público e da coletividade defendê-lo (FIORILLO, 2007).

Em relação a Política Ambiental brasileira, Reigota (1997, citado por LAYRARGUES 2012, p.101) diz: “A maior contribuição brasileira ao debate internacional diz respeito à priorização de conceitos políticos, filosóficos e culturais como autonomia, cidadania, justiça social participação e democracia.”

Apesar das atividades relacionadas ao lixo serem motivo de exclusão dos trabalhadores que as realizam, atualmente, com a implantação da Política de Resíduos Sólidos, essas atividades são essenciais para a adequação dos municípios em relação à disposição e ao descarte dos resíduos produzidos.

Buscou-se, no estudo, conhecer os motivos que levaram os agentes ambientais a escolherem estas profissões, além de entender o papel da educação neste processo (seja pela falta ou pela oportunidade de estudar).

## **2 | PROBLEMÁTICA, SUJEITOS E METODOS DE PESQUISA**

O ponto de partida para desenvolver a pesquisa foi a necessidade de conhecer como a falta de oportunidade de estudar influenciou na escolha profissional de trabalhadores de diferentes atividades profissionais relacionadas ao meio ambiente, dentre elas varredor de rua, catador de lixo na rua (caminhão), catador de resíduo, trabalhadores de companhia de água e esgoto e separador de lixo em usina. O objetivo não foi estabelecer comparações entre as diferentes atividades, e sim compreender como a falta da educação formal pode contribuir nas escolhas profissionais dos trabalhadores do estudo.

Para realizar a pesquisa utilizou-se entrevistas desenvolvidas a partir de um roteiro semi estruturado com perguntas abertas, a partir das quais os entrevistados podiam falar livremente. Em alguns momentos foram inseridos questionamentos, os quais foram utilizados no sentido de extrair informações adicionais àquelas fornecidas pelos entrevistados, ou quando as respostas se reduziam a “sim” e “não”. A entrevista com perguntas abertas veio da necessidade de compreender as concepções desses sujeitos e para tanto foi necessário possibilitar que relatassem de forma livre os acontecimentos de suas vidas relacionados com os questionamentos feitos pela pesquisadora.

Participaram da pesquisa 61 agentes ambientais de quatro municípios da região serrana do estado do Espírito Santo. Para resguardar os nomes dos participantes da pesquisa os mesmos foram substituídos pela letra M para os homens e F para as mulheres, antecidos das iniciais dos municípios como mostra o quadro abaixo.

Municípios estudados	Mulheres	Homens
Itaguaçu	IT F1 á F14	IT M1 á M12
Itarana	-	ITA M1 á M6
Santa Maria de Jetibá	SM F1 á F7	SM M 1á M9
Santa Teresa	ST F1 á F6	ST M1 á M8

Quadro 1: Siglas utilizadas para identificar os participantes da pesquisa.

Os municípios escolhidos para desenvolver o estudo se localizam na região serrana do Estado do Espírito Santo (vide mapa abaixo) e grande parte de seus habitantes vivem na zona rural. São municípios com potencial turístico (o turismo já é explorado de forma limitada em suas sedes) e com características econômicas peculiares: produção de café, uva, ovos, eucalipto, verduras, entre outros produtos. Em Santa Maria de Jetibá, Itaguaçu e Itarana tradições da cultura pomerana permanecem no cotidiano de grande parte da população, que descende dos imigrantes pomeranos. A mesma observação anterior se aplica também a Santa Teresa, neste caso, envolvendo a cultura italiana. As características culturais são importantes porque determinam formas próprias de conceber temas como trabalho, dinheiro, preconceito, profissão, meio ambiente, educação e valorização profissional.



Figura 1 - Mapa do estado Espírito Santo com destaque para a localização dos municípios de Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Itarana e Itaguaçu.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir são apresentadas as análises dos dados, abordando os resultados referentes a escolaridade dos agentes ambientais como fator influenciador do processo de exclusão dos trabalhadores estudados.

Para analisar a escolaridade dos participantes da pesquisa, considerou-se a

modalidade série (exemplo: 4ª série) e não ano como é utilizado atualmente, já que os mesmos concluíram a sua escolaridade nesta modalidade. Os agentes ambientais apresentaram baixa escolaridade, 4ª série do ensino fundamental<sup>1</sup>, representando 39,3%. Os motivos para a pouca escolaridade normalmente estão relacionados à necessidade de trabalhar, principalmente na roça, e às condições de acesso à escola, como relatado por alguns dos participantes:

*“Eu estudei uns três anos, mas naquela época quando a gente ia à escola, era lá em Criciúma, em terra quente, a escola era longe, precisava sair de manhã cedo e chegava todo sujo de poeira. A gente ia três dias por semana e o resto faltava.”* (SM M5, 51 anos, três filhos, trabalha no transbordo de lixo).

*“Com certeza, na época era muito difícil, não tinha tantas facilidades como tem hoje, não, era ir a pé. Eu comecei estudar em Itaguaçu, uma pedreira, dava uma média de 6, 7 quilômetros, no meio de vaca, cachorro, não tinha estrada, tinha que passar debaixo de um colônio (capim) para chegar na escola, depois que eu mudei para Santa Teresa foi melhorando, estudei em Várzea Alegre, os colégios foram melhorando, mas na época não é baseado por hoje não. Minha mulher é professora, eu vejo as coisas de hoje, a gente apanhava, ficava de castigo. Merenda? Se você tinha levava, se não tinha não comia, não existia merenda, não tinha educação física, não tinha nada.”* (ST M2, 55 anos, três filhos, dirige o caminhão do lixo).

*“Eu não, se eu tivesse estudado poderia ter, mas antigamente os pais não tinham lá grandes condições, aí tiravam a gente da escola cedo para ajudar na roça. Eu acho que o estudo muda a vida das pessoas, hoje tem muitas oportunidades.”* (IT, F9, 42 anos, dois filhos, trabalha na varrição).

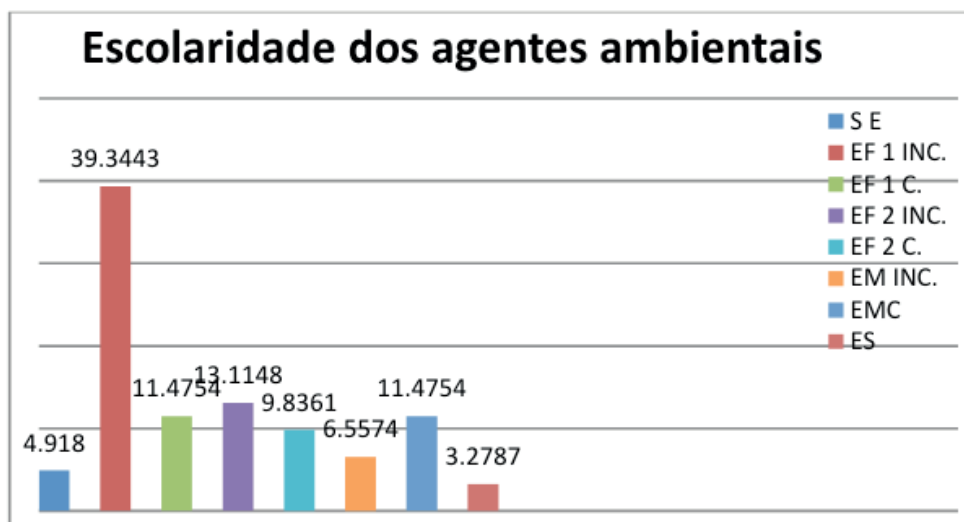


Figura 2: Escolaridade dos agentes ambientais participantes da pesquisa.

Fonte: Próprios autores

1. SE (Sem escolaridade), EF1INC. (Ensino fundamental 1 incompleto 1º a 4º série incompleto), EF1C. (Ensino fundamental 1 completo 1º a 4º série completo), EF2 INC. (Ensino fundamental 2 incompleto 5º a 8º série incompleto), EF2 C. (Ensino fundamental 2 completo 5º a 8º série completo), EM INC. (Ensino médio incompleto 1 e-ou 2 ano), EM C. (Ensino médio completo 3 ano completo), ES (Ensino Superior completo).

Os relatos acima indicam a dificuldade para dar continuidade a escolarização, dentre os motivos mais frequentes estão a necessidade de trabalhar, a dificuldade de acesso a escola e as condições precárias, nas quais o ensino acontecia, estes foram os principais responsáveis pela baixa escolarização das pessoas da zona rural.

Atualmente, em razão da legislação vigente, relacionada à educação (LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), os direitos da criança e do adolescente (ECRIAD – Estatuto da Criança e do Adolescente) e programas de incentivo governamentais como bolsa família, esse cenário está mudando. Desde a década de 1990 o Brasil vem diminuindo os índices de analfabetismo no país, fruto de uma política menos exclusivista, mas é preciso além de ensinar as pessoas a ler e escrever, oferecer qualificação para o mercado de trabalho, criar a possibilidade da concorrência leal entre os pretendentes ao emprego. No entender de Pochmann (2004) a baixa qualidade educacional contribui para a manutenção da segmentação profissional, na qual os mais pobres permanecem alimentando a exclusão. Com isso o poder transformador da educação, que é possibilitar a inserção social não foi aplicado de forma eficiente.

Relacionar a escolaridade ao trabalho é fundamental, já que os anos estudados interferem na possibilidade de escolha das atividades exercidas. Em relação ao tema Sachsida, Loureiro e Mendonça (2004) realizaram um estudo acerca da escolaridade e o mercado de trabalho. Para os autores, essa relação é estreita já que o salário está vinculado à escolaridade do sujeito, assim como a importância do capital humano qualificado para o desenvolvimento do país.

Os participantes da pesquisa corroboram a ideia de que o aumento da escolaridade aumenta o salário e melhora as condições de trabalho. Quando questionados sobre *se tivessem tido oportunidade de estudar, mudaria algo em suas vidas*, responderam:

*“Sim, de repente hoje eu não estaria varrendo rua.”* (IT, F4, 57 anos, três filhos, trabalha na varrição).

*“Sim, sem ele (o estudo) não se tem nada, quanto mais estudar mais oportunidade nós temos.”* (IT, M5, 45 anos, um filho, trabalha com água e esgoto).

Observa-se nas falas dos entrevistados que os mesmos valorizam o estudo e o associam a maior remuneração e melhores condições de trabalho. Em razão da baixa escolaridade, eles se colocam em conformidade com situações precárias de trabalho, alegando a falta de estudo, a partir de então aceitam as condições impostas, mesmo que não sejam adequadas para a sua atividade. Essa é a constatação da exclusão, na qual os indivíduos consentem serem explorados e mal remunerados em razão do pouco que tem a oferecer em termos de qualificação acadêmica.

Na concepção de Wanderley (2004, p. 25), a exclusão contemporânea passa pela qualificação acadêmica, como segue:

A exclusão contemporânea é diferente das formas existentes anteriormente de discriminação ou mesmo de segregação, uma vez que tende a criar, intencionalmente, indivíduos inteiramente desnecessários ao universo produtivo, para os quais parece não haver mais possibilidades de inserção. Poder-se-ia dizer que os novos excluídos são seres descartáveis. *'Os desdobramentos dessa exclusão atingem a quase totalidade da vida social, visíveis na gestão do território, nas formas de difusão culturais e nos problemas educacionais.'* (Grifo do texto original).

Sachsida, Loureiro e Mendonça (2004), constataram através da aplicação de fórmulas matemáticas que existe uma relação diretamente proporcional entre escolaridade e remuneração: quanto maior a escolaridade, maior a remuneração. Os agentes ambientais, participantes da pesquisa, em sua maioria apresentam baixa escolaridade e, conseqüentemente, baixa remuneração e baixa possibilidade de escolha da atividade. Por outro lado, os mesmos entendem a importância da qualificação pelo estudo, e gostariam que seus filhos tivessem a possibilidade de mudar a história de vida deles pelo estudo. Os autores acima citados indicam que:

No caso da participação do governo no setor de educação, isso deve ser feito principalmente para níveis mais elementares de ensino. Uma pessoa de baixa renda e com pouca escolaridade não estaria propensa a investir em educação, pois teria que suportar um custo muito alto gerado pelo baixo retorno até que o investimento se tornasse atrativo. O mesmo raciocínio vale para famílias de baixa renda, que pelo mesmo motivo não estariam dispostas a investir na escolaridade dos filhos (SACHSIDA, LOUREIRO & MENDONÇA, 2004, p. 15).

Os resultados encontrados neste estudo corroboram dados divulgados em 2018 sobre escolaridade no estado do Espírito Santo. No presente estudo constatou-se baixa escolarização, principalmente em pessoas acima de 20 anos de idade. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, tendência permanece constante no Espírito Santo como mostra a figura abaixo:

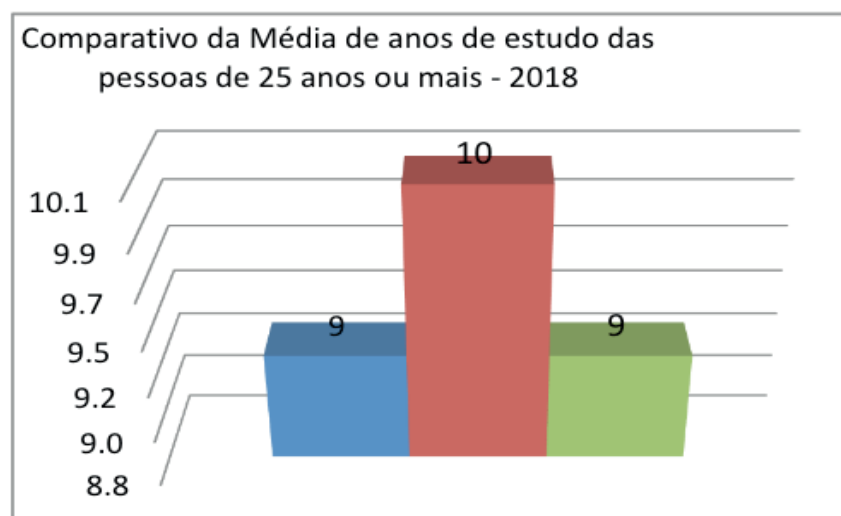


Figura 3: Anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais.

Fonte : IBGE (2018)

As falas abaixo relatam o que os trabalhadores da pesquisa sentiram ao iniciarem nas atividades ambientais.

*“Tenho muito orgulho desse trabalho, adoro, falo que é meu chamego, eu pago a faculdade da minha filha com ele. Quando eu consegui esse emprego eu senti uma emoção muito grande, até chorei de emoção porque eu queria ajudar a minha filha estudar.”* (IT, F6, 42 anos, cinco filhos, trabalha na varrição).

*“Eu sempre trabalhei, em tudo, na roça, eu lutei muito. Quando eu consegui este emprego eu me senti muito realizada, eu lutei dois anos para conseguir. Nesse tempo eu fiquei trabalhando na roça, eu vinha toda a semana para ver se conseguia, e não conseguia voltava de novo pra roça, até que consegui.”* (IT, F12, 45 anos, quatro filhos, trabalha na varrição).

Esses relatos demonstram a gratidão dos agentes por conseguirem emprego, independentemente do tipo de atividade, pois são pessoas que não encontraram qualquer outra atividade para garantir a sobrevivência. Para essas pessoas parece não importar as condições em que o trabalho acontece, o fato de terem o dinheiro no final do mês é o fator determinante para estarem satisfeitas. Em relação à aceitação sem questionamentos de qualquer natureza sobre o que restou para esse trabalhador fazer, Wanderley discorre:

A naturalização do fenômeno da exclusão e o papel do estigma servem para explicar, especificamente no caso da sociedade brasileira, a natureza da incidência dos mecanismos que promovem o ciclo de reprodução da exclusão, representado pela aceitação tanto a nível social, como do próprio excluído, expressa em afirmações como ‘isso é assim e não há nada para fazer’. (WANDERLEY, 2004, p. 23).

Os agentes ambientais, em sua maioria, são provenientes da zona rural, a atividade de lavrador foi a mais citada (34,9%), dado esse que corrobora as pesquisas que indicam que o homem do campo está migrando para a cidade, provavelmente em busca de melhores condições de trabalho e vida. Esse resultado pode ser considerado em conjunto com o percentual de trabalhadores que tinham carteira assinada na atividade exercida anteriormente. A maioria dos participantes (62,3%) não tinha carteira assinada na atividade anterior, que era, precisamente, a atividade de lavrador. Também é possível relacionar esses dados com o índice de escolaridade que foi baixo entre os participantes. Dessa forma, pode-se inferir, a partir desses resultados, que esses sujeitos estão migrando do campo para a cidade em busca de melhores condições de trabalho e de vida, mas esbarram na barreira da qualificação.

Parte significativa dos agentes ambientais do estudo trabalhavam sem carteira de trabalho assinada, o que os exclui dos programas governamentais de aposentadoria.

Quando o indivíduo não tem os seus direitos respeitados, sejam eles os de mobilidade, educação, moradia ou trabalhista, caracteriza-se o processo de exclusão, como pode ser evidenciado na concepção de Vêras (2004), nos relatos acerca da exclusão. Para a autora a exclusão se evidencia para além da miséria, ela está presente nas trocas sociais, nas práticas diárias, nos direitos.



## 4 | ALGUMAS REFLEXÕES

Os relatos acima levam a questionamentos a respeito do processo de inclusão social na realidade brasileira, na qual há tradição de não valorização das habilidades e competências dos trabalhadores que desempenham tarefas mais simples. Quando se diz que não há valorização se quer dizer que é necessária a preocupação com as condições de trabalho desses agentes, de modo que elas sejam dignas, que sua importância seja ressaltada para a sociedade ao ponto de se tornar visível a ela como a exclusão afeta o desempenho das atividades profissionais, e que a eles sejam concedidas condições de capacitação de forma similar à que é adotada com outros tipos de trabalho. A capacitação nestas atividades contribuiria para a promoção de segurança emocional e financeira desses trabalhadores. A falta de atenção e investimento em atividades como as retratadas no estudo, pode levar à diminuição da procura por esses trabalhos, essenciais para a manutenção do bem estar da sociedade, aumentando as filas daqueles que precisam de auxílios financeiros para sobreviver. Os programas de auxílio financeiro para pessoas de baixa renda, a princípio, incluem parte da população que não tinha como manter as necessidades básicas, mas quando não estão aliados à capacitação dessa população para o mercado de trabalho, aumenta a exclusão, gerando custos altos para o país em termos da manutenção desses programas e também diminui a arrecadação pela falta de mão de obra qualificada e formal para ocupar as vagas do mercado de trabalho, gerando impacto negativo no crescimento econômico e no desenvolvimento social. Véras (2004) destaca que o processo transitório da exclusão para a inclusão resulta no excluído que não consegue ser incluído, já que seus direitos estão comprometidos. A educação é um direito, que muitas vezes não é garantido a todos, principalmente aos mais velhos que não tiveram a oportunidade de estudar em razão da necessidade de trabalhar e do difícil acesso e permanência na escola, como é o caso dos agentes ambientais estudados.

## REFERENCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2018). **Censo**. Brasília-DF.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: Loureiro, C. F., Layrargues, P. P., & Castro, R. S. **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2012.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERALTA, J. E., & Ruiz, J. R. Educação popular ambiental. Para uma pedagogia da apropriação do ambiente. In: LEFF, E. (Org.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2010.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educ. Soc.**, 25(87),

383-399, 2004.

SACHSIDA, A., LOUREIRO, P. R. A., & MENDONÇA, M. J. C. Um estudo sobre retorno em escolaridade no Brasil. **RBE**, 58(2), 249-265, 2004.

VERAS, M. Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2004.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**MICHÉLLE BARRETO JUSTUS** Mestre em educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) em 2015, especialista em Gestão Escolar pelo Instituto Tecnológico de Desenvolvimento Educacional (ITDE) em 2009, pedagoga graduada pela UEPG em 2002 e graduada em Psicologia pela Faculdade Sant’Anna (IESSA) em 2010. Autora do livro “Formação de Professores em Semanas Pedagógicas: A formação continuada entre duas lógicas”. Atua como pedagoga na rede estadual de ensino.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Acesso à Educação Superior 77, 78, 81

AEE 2, 8, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 93, 94, 95, 99, 100, 138

Artes 18, 28, 41, 54, 142, 143, 177

Aspectos legais 13

Ataxia Espinocerebelar 171, 173, 174, 178

Atendimento Educacional Especializado 2, 4, 5, 7, 8, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 70, 73, 93, 94, 99, 100, 120, 122, 136, 137, 138, 142

Atribuições 13, 14, 15, 20, 21, 22, 23, 25, 30, 102

Autismo 12, 18, 28, 154, 155, 156, 158, 160, 161

### C

Calorimetria 162, 163, 166, 169

Ciências 53, 66, 113, 126, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 171, 178, 187

Cultura Surda 54, 56, 57, 60, 61, 66, 168

Currículo 6, 8, 9, 16, 27, 34, 54, 71, 101, 111, 119, 120, 126, 132, 133, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 152

Curso 9, 14, 26, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 79, 89, 93, 94, 98, 99, 100, 101, 149, 152, 154, 171, 179, 181, 182, 184, 185, 186, 187

### D

Deficiência auditiva 146, 165, 179

Democratização 4, 15, 77, 78, 79, 81, 169

### E

Educação Especial 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 66, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 93, 98, 99, 113, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 126, 127, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 152, 158

Ensino a Distância (EAD) 77

Escola 2, 4, 5, 7, 8, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 48, 51, 54, 60, 63, 65, 72, 74, 81, 90, 94, 95, 97, 98, 101, 104, 106, 109, 110, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 147, 153, 157, 159, 160, 162, 163, 171, 174, 175, 176, 177, 192, 193, 196

Estimulação Precoce 1, 2, 3, 4, 8, 9, 10, 11

## **F**

Formação 7, 9, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 46, 50, 54, 58, 63, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 79, 84, 86, 87, 92, 93, 94, 95, 97, 100, 102, 109, 110, 111, 115, 119, 128, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 145, 147, 156, 157, 166, 169, 181, 182, 187, 189, 198

Formação docente 17, 25, 30, 38, 93, 100, 102, 137

## **I**

Identidade 54, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 70, 73, 102, 103, 107, 110, 111, 112, 149, 152

Inclusão educacional 7, 25, 27, 38, 43

Inclusão escolar 10, 11, 12, 38, 89, 91, 97, 98, 99, 136, 137, 141, 147, 152, 174, 176, 177

Inclusão social 40, 69, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 131, 196

## **J**

Jovens 2, 52, 54, 61, 63, 64, 65, 69, 86, 102, 120, 126

## **L**

Linux 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187

Literatura 43, 54, 59, 60, 61, 64, 66, 89, 91, 92, 93, 172

## **M**

Múltiplas deficiências 89, 90, 95, 96, 97, 100

## **P**

Plano Nacional de Educação (PNE) 1, 2, 3, 85, 137, 142

Políticas Públicas 2, 29, 37, 38, 40, 49, 69, 70, 72, 74, 77, 78, 85, 86, 87, 94, 97, 108, 115, 120, 123, 127, 132, 133, 134, 136, 138, 141

Processo de Ensino-Aprendizagem 27, 29, 154, 156, 158, 160

Público-alvo da educação especial 25, 28, 33, 34, 36, 137

## **R**

Racismo 101, 102, 103, 105, 108, 109, 110, 111, 112

Reflexões Sociais 67

## **S**

Sistema Operacional 179, 181, 182, 185, 186

Sociedade capitalista 67, 68, 73, 75

Sujeito deficientes 67

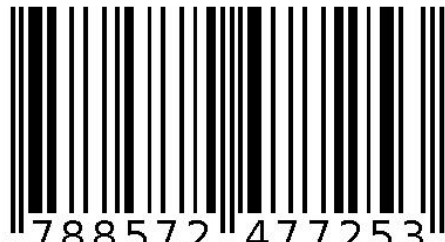
Surdos 16, 54, 56, 57, 58, 60, 62, 65, 66, 70, 134, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 182, 186

## T

Tecnologia 21, 22, 30, 41, 42, 43, 67, 71, 77, 78, 87, 93, 95, 96, 98, 100, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 165, 166, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181

Tecnologia Assistiva 21, 22, 30, 95, 165, 166, 171, 173, 174, 175, 176, 177

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-725-3



9 788572 477253